

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0800188-20.2021.8.10.0082 Sessão virtual de 02 a 08
de maio de 2023 Apelantes: LUCAS ALVES GONÇALVES e GIUSEPPE DA SILVA COSTA
Advogados: Ruan Victor Chaves Soares – OAB/MA 21577-A, Rosivan Torres
Ferreira – OAB/MA 8839-A Apelado: Ministério Público do Estado do Maranhão
Relator: Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisor:
Desembargadora Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro PENAL. APELAÇÕES
CRIMINAIS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DOSIMETRIA. TRÁFICO PRIVILEGIADO.
PRESENÇA DOS REQUISITOS. FRAÇÃO REDUTORA. MODULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS DO
CRIME. QUANTIDADE E NATUREZA DO ENTORPECENTE APREENDIDO. APLICAÇÃO DO
PATAMAR DE 1/3. ATENUANTE DA MENORIDADE RELATIVA. RECONHECIMENTO. PENA
RESTRITIVA DE DIREITO. SUBSTITUIÇÃO. CABIMENTO RESTRITO A UM DOS
APELANTES. REFORMA DA PENA DE MULTA. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. NÃO
CABIMENTO. I. Consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a
quantidade e a natureza da droga, aliadas às circunstâncias de apreensão
dos entorpecentes, embora não suficientes para embasar a conclusão de que
o réu se dedica a atividades criminosas ou que integra organização
criminosa, servem para modular o patamar de redução da minorante prevista
no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006. II. Na hipótese, além da quantidade
de entorpecente embalada e preparada para a comercialização (104 porções),
com natureza extremamente nociva (crack), evidencia-se que a apreensão da
substância ocorreu em um imóvel alugado, exclusivamente destinado para
esse fim (boca de fumo), ensejando a modulação do patamar de redução em
1/3 (um terço) . III. Comprovado que um dos apelantes possuía idade
inferior a 21 anos à época dos fatos, o reconhecimento da atenuante da
menoridade relativa é medida de rigor. IV. Embora redimensionada a pena
dos apelantes, somente um deles faz jus à substituição da pena privativa
de liberdade por restritivas de direito, considerando que o outro não
preencheu o requisito atinente à quantidade de pena para obtenção do
benefício, em razão de sua reprimenda ter sido estabelecida acima do
patamar de quatro anos (art. 44, I, do CP). V. Incabível o pleito de
exclusão da sanção pecuniária, em razão de inexistir previsão legal de
isenção do preceito secundário do tipo penal incriminador, mormente quando
reduzida proporcionalmente à pena privativa de liberdade. VI. Recursos
parcialmente providos. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos
SANTOS Júnior Desembargador Relator (ApCrim 0800188-20.2021.8.10.0082,
Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA
CRIMINAL, DJe 09/05/2023)